

Ajuste produz superávit recorde de R\$ 10,2 bi

Desempenho do governo, porém, é insuficiente para conter dívida, que subiu R\$ 98,9 bi com alta do dólar

SHEILA D'AMORIM

BRASÍLIA – O mês de setembro deixou motivos de sobra para o governo comemorar e, também, lamentar o desempenho de alguns dos principais indicadores econômicos. Depois de um forte ajuste nas contas externas, o esforço fiscal promovido por União, Estados, municípios e empresas estatais produziu um superávit primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar juros) de R\$ 10,253 bilhões. Foi o melhor resultado desde que esse indicador começou a ser apurado pelo governo há 11 anos.

Mesmo assim, toda essa economia ainda foi insuficiente para conter a escalada da dívida pública, sob forte pressão da taxa de câmbio. Somente a desvalorização de 28,9% do real em relação ao dólar provocou um aumento de R\$ 98,935 bilhões no estoque da dívida, em setembro. Nem mesmo em janeiro de 1999, quando houve a mudança no regime cambial, a oscilação da cotação do dólar fez com que o endividamento público subisse tanto em apenas um mês. No fim de setembro, a dívida alcançou o valor recorde de R\$ 885,191 bilhões, o equivalente a 63,9% do Produto Interno Bruto (PIB).

O superávit primário recorde de setembro surpreendeu até mesmo os mais otimistas, que apostavam num resultado em torno de R\$ 9 bilhões. Boa parte do desempenho favorável do mês (R\$ 3,5 bilhões) foi obtida por causa

da quitação de impostos em atraso que puderam ser pagos sem multa, como foi permitido pela Medida Provisória 66. Só a Previ pagou R\$ 1,7 bilhão em imposto de renda. O pagamento de atrasados foi decisivo para o superávit recorde de R\$ 6 bilhões contabilizado pelo governo central.

As estatais federais também deram uma boa contribuição para as contas públicas, fechando setembro com um saldo positivo de R\$ 3,2 bilhões, o melhor da história. Esse resultado foi influenciado pela Petrobrás que, por ter receitas em dólares, foi beneficiada pela depreciação cambial. Os Estados tiveram um superávit de R\$ 1,2 bilhão. Só os municípios foram deficitários, com desempenho negativo de R\$ 140 milhões.

Com esses resultados excepcionais, o governo conseguiu cumprir com uma folga de R\$ 6,616 bilhões a meta de superávit primário de R\$ 41 bilhões fixada no acordo com o FMI para janeiro a setembro. Para chegar aos R\$ 50,3 bilhões previstos para 2002, faltam apenas R\$ 2,684 bilhões.

“Isso significa uma média de superávit primário em torno de R\$ 900 milhões por mês no último trimestre, o que nos dá tranquilidade com relação ao cumprimento da meta do ano”, afirma o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes. Essa folga reforça a previsão do governo de que será possível liberar mais recursos do Orçamento para os ministérios e demais órgãos da administração federal, nos próximos meses.

Dívida – O lado ruim das contas públicas fica por conta do efeito que o câmbio teve sobre a dívida. Entre agosto e setembro, a dívida líquida do setor público cresceu R\$ 101,2 bilhões, e R\$ 98,935 bilhões referem-se apenas ao impacto do câmbio.

Para se ter uma idéia da proporção do estrago provocado pela desvalorização, em janeiro de 1999, quando o regime cambial mudou, a queda do real chegou a 64% em 30 dias, o que provocou um crescimento de R\$ 93,2 bilhões na dívida pública.

O problema é que, agora, a exposição ao câmbio é maior. Prática-

RETRATO DAS CONTAS PÚBLICAS

R\$ 10,253 bilhões
Superávit primário de setembro

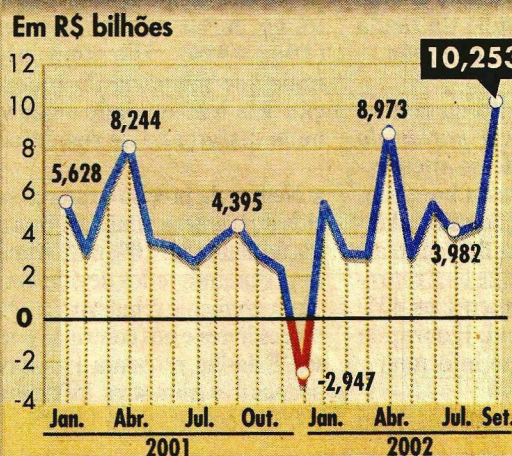
R\$ 6,616 bilhões
Folga no cumprimento da meta de superávit com o FMI até setembro

R\$ 2,684 bilhões
O que falta para cumprir a meta do superávit anual

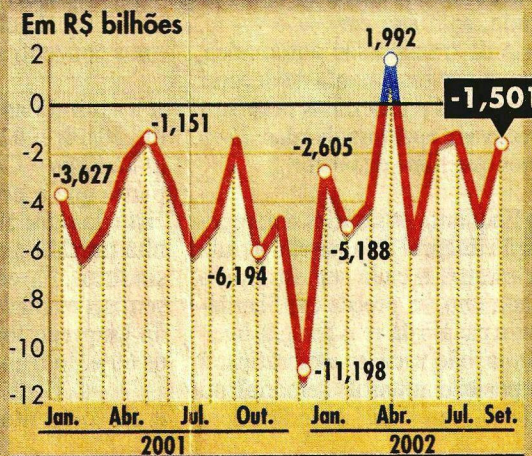
R\$ 885,1 bilhões
Total da dívida líquida do setor público em setembro

R\$ 98,935 bilhões
Aumento do estoque da dívida em setembro

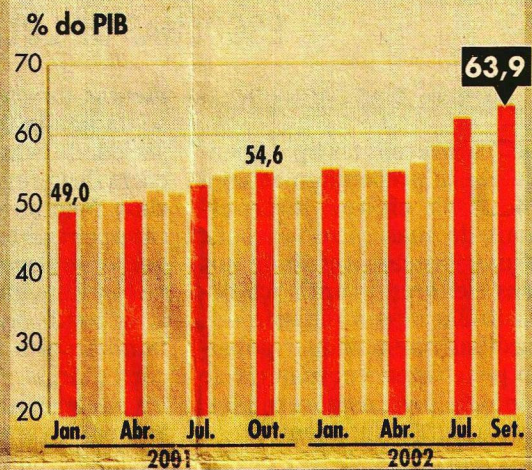
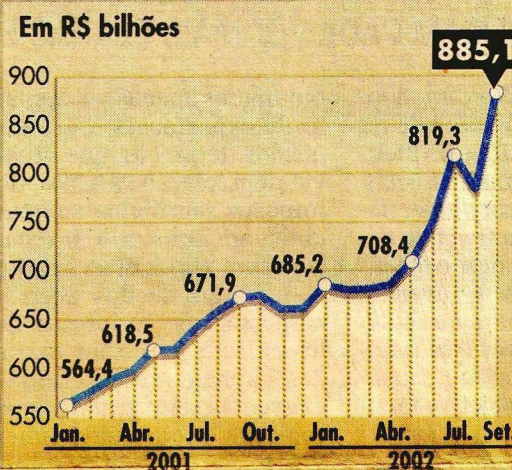
RESULTADO PRIMÁRIO MENSAL*



RESULTADO NOMINAL**



DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



*Saldo entre receitas e despesas sem contar juros **Inclui juros (sem desvalorização cambial)

Fonte: BC

DÍVIDA
ALCANÇOU
R\$ 885,191 BI
EM SETEMBRO

mente metade do endividamento do setor público é influenciado pelo sobe-e-desce da cotação do dólar, e isso deixa o País mais vulnerável às turbulências financeiras. De um total de R\$ 658,778 bilhões

em títulos públicos federais em poder do mercado, 29% – cerca de R\$ 191 bilhões – são corrigidos com base na variação do dólar. Além disso, em setembro, o governo tinha cerca de R\$ 76 bilhões em contratos especiais de câmbio (swap cam-

bial) que provocaram prejuízo de R\$ 12,3 bilhões no período.

Com isso, o governo ultrapassou muito a meta indicativa de R\$ 806 bilhões para o saldo da dívida líquida estabelecida no acordo com o FMI, e dificilmente irá atingir os R\$ 830 bilhões previstos para o fim do ano. “Só dá para cumprir essa meta se houver um recuo muito forte do câmbio”, admitiu Lopes. Neste ano, o câmbio já teve sobre a dívida um impacto de 13,59% do PIB. O estrago só não foi maior porque, nesse mesmo período, houve aumento da inflação, o que puxou para cima o valor nominal do PIB.

Entretanto, o saldo da dívida pú-

blica não é um dos chamados critérios de desempenho que, se descumpridos, interrompem a liberação de recursos do Fundo para o Brasil. Além disso, como a dívida não vence toda de uma vez, uma valorização do real tem o efeito oposto, isto é, reduz o estoque da dívida. Por isso, o governo aposta numa queda da dívida para algo próximo a 61% do PIB até o fim do ano. Parte dessa redução poderá vir com o fim do estresse no mercado de câmbio. Em outubro, a moeda nacional teve valorização de quase 6%. “Passada essa volatilidade, o câmbio, aos poucos, vai retomando a um patamar razoável”, afirma Lopes.